

Moradores da Ceilândia ganham instituição que oferece gratuitamente assistência jurídica e cursos profissionalizantes

UMA CASA DE CIDADANIA

Fernanda Lambach
Da equipe do Correio

Jorge Cardoso

Francisco Teixeira de Oliveira anda pelas ruas da Ceilândia empurrando um carro-de-mão coberto por réstias de alho, caixas de ovos e refrigerantes. Como ambulante, sustenta sete filhos com dificuldade e trabalha todos os dias. Aos 52 anos, diz já ter vivido, visto e aprendido muita coisa. Não sabe, porém, definir o que é ser cidadão e também não acredita muito "nesse negócio de Justiça". Ele simplifica em poucas palavras sua condição. "Só sei que sou cidadão brasileiro".

No entanto, ontem, Francisco de Oliveira ficou sabendo da inauguração na Ceilândia, na EQNN 05/07, da Casa de Justiça e Cidadania.

A Casa é uma iniciativa do promotor de Justiça Francisco Leite, do advogado Ismail Gomes, padres, pastores e professores da cidade para tentar semear idéias de respeito, solidariedade, vontade de progredir e melhorar.

O objetivo da instituição, de utilidade pública, é reerguer a comunidade desgastada por problemas como a violência e a miséria. Começam sem dinheiro nem verbas, mas já fecharam convênios com universidades para ceder estagiários para a Ceilândia. Os móveis e até mesmo a placa com o nome da instituição foram conseguidos com empresários.

"Vamos oferecer, na medida do possível, educação primária a adultos, educação profissionalizante aos que sonham em entrar para o mercado de trabalho no Distrito Federal, assim como assistência jurídica

gratuita aos carentes e assistência básica de saúde aos desassistidos", explica o promotor Francisco Leite.

Segundo ele, debates serão promovidos pela Casa de Cidadania e Justiça, de forma a esclarecer e ensinar à população o que é ser cidadão e o que significa ter direitos e deveres.

"Partimos da idéia de que o cidadão é o maior agente da segurança e da Justiça de sua comunidade. Ele precisa saber disso porque a melhor maneira de combatermos a violência é pela prevenção", continua Leite.

TAXA MÍNIMA

A nova instituição vai enfrentar o desafio de orientar pessoas que,

tes de pensar em cidadania, devem cuidar da sobrevivência. Como seus vizinhos do Setor P, Francisco de Oliveira ouviu dizer que pode ser ajudado por pessoas que trabalharão por lá. Não sabe como, nem se vai procurar auxílio. O ambulante vive muitas dificuldades no seu dia-a-dia e, na verdade, já se habituou a elas.

Está acostumado, por exemplo, a ouvir que justiça se faz com as próprias mãos. "Já tentei registrar queixa numa delegacia de polícia porque entrou um estranho na minha casa e ameaçou minha família. Os policiais nem sequer ouviram o que eu tinha a dizer", reclama.

Esse ambulante também acha que

paga mais impostos do que merece. "Pago bem uns R\$ 100 por mês. Vou levando", comenta. Com jeito humilde, Francisco já chegou a procurar, por exemplo, a Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb) para tentar pagar menos do que a taxa mínima estipulada pela empresa. Não sabia que a taxa mínima é obrigatória e não pode ser alterada. Insistiu.

"Minha mulher, meus filhos e eu não chegamos a gastar nem a quantidade mínima de água que a Caesb estabelece. Fui falar com um funcionário da empresa e ele ficou rindo da minha cara", desabafa Francisco.

Também no Setor P, Carina da Silva, 16 anos, ostenta uma enorme e re-

donda barriga de nove meses. O namorado dela, Francyo Brandão Cunha, 18 anos, está desempregado e os dois enxergam no horizonte um futuro de dificuldades e muitas privações.

Esse ano, Carina tentou retomar os estudos da 4ª série do primeiro grau. "Infelizmente, me disseram que só posso fazer supletivo depois dos 17 anos", conta, meio decepcionada.

Por enquanto, Carina fica do lado de fora de casa, na rua, conversando com os amigos e esperando as contrações do parto chegarem. "O que é ser cidadão? É estudar e ser alguém na vida", define a garota.

Francyo prefere falar menos. Des-

conversa quando se fala em emprego e diz apenas que está procurando no Plano Piloto um lugar para trabalhar. Não sabe onde. A cabeça raspada o identifica com os colegas que o esperam perto de sua casa.

Um desses amigos, Marcelo Cosmeiro dos Santos, 17 anos, tem uma explicação para não estar estudando nem trabalhando e para preferir ficar na calçada *aprontando*: "Essa rua é mesmo uma perdição".

Marcelo fez até a 4ª série do primário, arranjou inimizades na escola, começou a brigar e acabou abandonando tudo. "Sei que se não estudar não serei ninguém na vida, mas tenho muita preguiça", confessa.

Pastores debatem falta de segurança

O primeiro debate sobre cidadania na nova casa será este mês e envolverá o Conselho de Pastores Evangélicos da Ceilândia. Quarenta pastores vão debater os principais problemas da cidade e buscar soluções. "Vamos defender a teoria de que o maior problema é a falta de segurança. Afinal, de que adianta educação se a criança não pode nem ir para a escola porque tem medo da violência?", afirma o pastor Raimundo da Silva Leal, da Igreja Pentecostal do Evangelho de Salvação.

O segundo ponto que os pastores vão tratar é a prostituição infantil. "Sabemos que ela é consequência do uso de drogas e queremos sair pelas ruas ajudando os que estão nessas condições", diz.

Entusiasmado com a Casa de Justiça e Cidadania, ele vê como maior ponto positivo o fato da equipe da instituição formar líderes comunitários para que esses depois esclareçam a população. "Se eu educar meu povo dentro da área de Direito, os empresários fizerem isso na área deles e daí por diante, teremos uma cidade muito melhor", acrescenta o pastor.

Ensinando aos moradores os seus direitos, a equipe da casa acredita que eles estarão mais preparados para conhecer seus deveres e também para cobrar direitos. "Um policial não pode tratar mal uma pessoa que está na rua. Afinal, é aquela pessoa que, pagando impostos, paga o salário dele. As pessoas têm de saber que, se um incidente grave acontece, a promotoria de Justiça deve ser avisada", exemplifica Leite. Segundo ele, em breve, estará sendo lançada a Cartilha da Cidadania que tratará desde os direitos da pessoa humana até os direitos do consumidor.



O ambulante Francisco luta com dificuldades para sustentar sete filhos e não sabe o que é ser cidadão. Ele não acredita muito "nesse negócio de Justiça"

METAS

■ Contribuir para uma maior justiça social;

■ Garantir aos desassistidos atendimento de saúde com clínica e orientação;

■ Assegurar ao excluído social a possibilidade de conquista de seus direitos;

■ Educar a comunidade para a paz e a cidadania; Reduzir os índices de analfabetismo;

■ Estimular a sociedade à organização para a busca de direitos e para aprender a dirigir o próprio destino;

■ Aproximar a comunidade dos órgãos de segurança;

■ Preparar o excluído social para enfrentar o mercado de trabalho e assegurar, com isto, o seu sustento, com dignidade e sem submissão.

COMO FUNCIONARÁ

ENDEREÇO

■ EQNN 5/7

HORÁRIOS

■ O curso profissional será realizado de segunda a sexta-feira das 9h às 12h.

■ A assistência judiciária contará com 25 advogados e 40 estagiários, que trabalharão de segunda a sexta-feira, das 12h às 19h.

■ O curso de alfabetização será realizado de segunda a sexta-feira das 19h às 22h.

■ Aos sábados, a Casa de Cidadania e Justiça fica aberta das 9h às 13h.

CONDIÇÕES PARA SER ATENDIDO

■ Pela Assistência Judiciária: morar na Ceilândia há, pelo menos, dois anos e provar estar desempregado ou não ter rendimentos mensais superiores a três salários mínimos. A família que tiver renda pouco acima de três salários mínimos e muitos filhos também poderá receber assistência, desde que os filhos em idade escolar estejam matriculados em colégios.

■ Pela Assistência Médica, Social ou Psicológica: morar na Ceilândia, há pelo menos dois anos, e ser aluno ou cliente da Assistência Judiciária, ou ter familiar ou dependente nesta condição.

MATRÍCULA NOS CURSOS

■ Serão admitidos alunos, na ordem de inscrição, até o número de vagas oferecidas. Nos cursos profissionalizantes poderá ser pedido requisito especial para o aprendizado.